

## ATA REUNIÃO CT FLOR - 27/10/2016

### SUPES IBAMA/MG, Belo Horizonte

Às 09:30, a 7ª reunião da CT-FLOR foi aberta na Superintendência do IBAMA em Belo Horizonte, com a apresentação dos participantes presentes (lista em anexo). Depois, foi lida a pauta proposta para a Reunião pelo representante do IBAMA, Gustavo Bediaga.

#### a) **Informes:**

**a.1: CBH-Doce - definição de 500 nascentes**, que foram distribuídas da seguinte forma:

- 250 na Bacia no Suaçui-Grande;
- 150 na Bacia do Santa Maria do Doce;
- 100 na Bacia do Rio Pancas;
- Existe um cadastro pronto de 90 produtores.

**a.2:** Gustavo Bediaga informou que, na próxima reunião, fará uma apresentação Relatório da Operação Augias – Fase Argos II. Perguntado sobre disponibilização de apresentações, informou que será compartilhado um repositório de documentação da CT pelo Google Drive.

Em seguida, foram aprovadas as atas das 5ª e 6ª reuniões.

#### b) **Apresentação de modelo edital para o programa Produtor de Águas (Rossini – ANA)**

Foi apresentada a experiência do projeto desenvolvido em parceria com a ADASA, o projeto Pipiripau no DF. Explica a estrutura do edital lá utilizado. Chama a atenção para o item 1.7, ações previstas. Destaca o item 1.8, que determina a contribuição do projeto para a recuperação ambiental das propriedades rurais. Nesse projeto, a EMATER contribuiu na elaboração do PIP, que contempla várias ações do CAR, minimamente. Bediaga lembra que, no caso do TTAC, a FUNDAÇÃO tem a responsabilidade pela elaboração do CAR na ÁREA AMBIENTAL 1, podendo ser em parceria com o IEF e a EMATER. Álvaro (FUNDAÇÃO) informa que está em andamento diálogo com a EMATER para a elaboração de um plano (Programa 40 – fomento para implantação do CAR), que poderá ser alinhado com o PRA, a ser discutido com o proprietário. Salienta que é preciso mostrar aos proprietários quais são os ganhos com isso. Bediaga concorda e reforça a necessidade de haver convergência entre os programas, essenciais para mostrar a população essa consonância. Emite a opinião para que se **chame a EMATER para integrar as ações da CT-FLOR, montando uma parceria definitiva, a fim de otimizar os recursos**. Marcos Sossai (REFLORESTAR) reitera que uma vez elaborado o PIP já e praticamente o CAR. Aldo informa que cerca de 62% do CAR já está em implantação na ÁREA AMBIENTAL 1, faltando ajustes finais. Alex (Pref. Mariana) lembra que a área piloto está prevista fora dessa ÁREA AMBIENTAL 1. Lucinha (CBH) informa que nos municípios prioritários existe uma classificação já definida que irá orientar as ações. Bediaga esclarece os limites de atuação de acordo com o TTAC (2 mil e 40 mil ha), e que o limite de 800 ha foi a primeira medição relativa à APP atingida, inseridos nos 2 mil ha (no mínimo). Voltando à apresentação, Rossini destaca a constituição da UGP – unidade de gestão do projeto. Entende que, no âmbito das ações previstas, a UGP seria a CT-FLOR que definiria as ações para uma secretaria a execução, onde todos os problemas e ações necessárias serão definidas (item 2.3 do edital modelo). O tópico “objeto do edital” (item 3.1) mostra os itens que representam as modalidades que levarão ao pagamento dos serviços ambientais: conservação de solo em áreas produtivas (intervenção mecânicas, praticamente; normalmente, representa a menor proporção do PSA), restauração e conservação de APPs e Reserva Legal (plantio e enriquecimento); Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa Existente (que, usualmente, representa a maior proporção do PSA). Bediaga intervém, entendendo que há um escopo a ser seguido por força do TTAC, então entende que este

último item (conservação de remanescentes) não seria objeto do programa a ser seguido. Nelson (COPASA) entende que é algo a ser melhor discutido, por representar algo que, se interrompido, perderia os esforços de proteção. Salienta a questão de que, uma vez criada a alternativa na bacia, pode gerar conflitos entre integrantes e não integrantes do projeto, o que deve ser melhor avaliado. Diego (Pref. Mariana) pergunta se há alguma experiência existente de integração desses projetos e o CAR, pois, segundo experiências vividas, mesmo havendo essa recuperação nas propriedades, não vê ganhos significativos sob o ponto de vista da bacia. Rossini responde ser algo que poderá ser gerenciado ao envolver a EMATER que, ao acompanhar as propriedades, poderá ter esse controle. Bediaga relembra da construção do TR para definição de critérios para priorização das áreas a serem recuperadas. CBH-Doce externa uma preocupação com a realidade dos produtores nas pontas, sendo da opinião que não se deve 'fechar' muito a questão que pode ser modificada no contato com o produtor. Entende que se deve definir a área macro e deixar com os CBH's o refinamento dos critérios para mobilização. Thiago (IEF) lembra das premissas, como avaliação da paisagem, na definição dos projetos. Igor (UFV) relembra ainda do organograma onde houve a inserção do quesito de mobilização social. Lucinha (CBH-Doce) reforça que esta mobilização local já está acontecendo, citando o exemplo da implantação de recuperação de 500 nascentes, de uma forma diferente. Valmir (FUNDAÇÃO) avisa da agenda apertada para cumprir o definido pelo acordo, alegando que a agenda de recuperação das 500 nascentes precisa ser ajustada. Rossini retoma que o PSA representa um diferencial frente ao modelo de incentivos e apoio técnico, sem nenhum pagamento, muito mais difíceis de serem implantados. Informa que o PSA representa pouco em relação ao valor do projeto. Destaca não se tratar de 'bolsa' e sim de pagamento, que é calculado proporcionalmente ao benefício ambiental gerado. Apresenta a ideia de se dividir o edital em trechos, conforme as aptidões locais, facilitando também o acesso e uso dos recursos (exemplo, maquinário), o que influi demasiadamente nos custos e no andamento dos projetos. O edital pode ser aberto por trecho. Salienta a necessidade de definição de um prazo de execução, sendo que a proposta será de 10 anos. No item 'Encaminhamento de Propostas', Rossini ressalta que existem dois critérios de priorização das propostas: ordem de chegada (quem apresenta primeiro, é priorizado) e disposição para a conservação (proporção de área a ser recuperada por propriedade). Pode ser construído outros critérios, conforme o caso. Salienta que se costuma evitar o critério social que pode suplantar o critério ambiental e descaracterizar os objetivos do projeto. Fala das etapas previstas no encaminhamento das propostas pelo produtor, com destaque ao local para apresentação das propostas (ficha de inscrição), a previsão de visita técnica na propriedade para subsidiar a elaboração do PIP (min., CAR, máx., PIP, comparando o PSA's em cada caso), a previsão de entrega da proposta de PIP (item 6.1.5), a avaliação pela UGP e a elaboração do contrato por PSA. Por fim, o pagamento do PSA, a cargo da UGP, que é normalmente anual, via bancária. Com relação à elegibilidade (item 8), ressalta que não é relevante ser PF ou PJ, nem a dominialidade; quem recebe é quem está de posse da terra. A comissão julgadora, integrante da UGP, normalmente é composta por membros de 3 instituições diferentes. Uma característica do programa é que a manifestação de interesse deva ser voluntária. Chama a atenção que se procura estimular a adoção de um 'cardápio' de medidas, sendo esse um critério de desempate das propostas. Cita o critério de já se ter no mínimo 15% de APP já protegida, o que deve ser avaliado, elegendo o que será mais adequado pra região. Com relação aos valores, apresenta a equação para cálculo de um índice, a ser obtido com o projeto executivo (PAE, R\$/ha/ano), a depender das ações. Chama a atenção para previsão de sanções e para a importância da necessidade de se ter um PSA atrativo. Por fim, fala dos formulários modelos, anexos do edital, que devem ser adequados ao programa. O encaminhamento quanto às áreas prioritárias e critérios de classificação/desempates podem ser pensados. Euzimar (FUNDAÇÃO) salienta a necessidade de se focar ao definido no TTAC.

**Encaminhamentos:** o modelo de edital será disponibilizado via Google Drive por 10 dias para contribuições dos membros da CT-FLOR, a contar a partir do seu compartilhamento. Raquel (IBAMA) sugere que a ANA faça um ajuste mínimo do arquivo aos objetivos do programa antes de compartilhar com os demais. Fica então definido de que a ANA fará esse ajuste até 04/11.

Que a Coordenação convide a EMATER/MG para integrar as ações da CT-FLOR, montando uma parceria definitiva, a fim de otimizar os recursos.

#### **b) Marcos Sossai (REFLORESTAR) – PSA: aplicação na Bacia do Doce**

Apresenta os objetivos do programa, com o enfoque de integrar aspectos ambientais x econômico x social. Fala da origem, de uma combinação de projetos, sendo o PSA apenas uma das estratégias, associado à gestão e à fiscalização. Destaca que inicialmente pagava-se pela floresta em pé, agora tem foco na recuperação ou regeneração natural. É dado destaque à lógica de mercado do PSA e benefícios que precisam se contabilizados, em especial no tratamento da água potável e o estímulo às boas práticas de conservação do solo associado à geração de renda como forma eficiente de aplicação do PSA (ganha-ganha). Destaca os motivos para a não adoção das práticas amigáveis e o papel do PSA. Informa que além do incentivo inicial para adoção do modelo sustentáveis, é pago no longo prazo um valor/ha, chegando até a 10-15 ha por propriedade (cerca de 50% da média das propriedades). Entre os mecanismos de estímulo, além do PSA, é adotada a assistência técnica, por meio de parcerias (no caso do ES, BANDES, VALE etc.), o marco legal (segurança jurídica) e o apoio à estruturação de negócios para os subprodutos florestais (adequados às aptidões locais). Chama a atenção a adoção da metodologia de avaliação de oportunidades da restauração (ROAM e InVEST) que pode ser rodado em bacias específicas onde se quer atuar. Com relação a parte econômica, fala que se avalia o impacto das medidas na economia local, a fim de agregar valor ao projeto. Cita algumas das ferramentas utilizadas, que subsidiam as análises: mapa de uso e ocupação do solo, imagens (1:10000 e 1:000) e altimetria, potencial de regeneração natural. Ao final da apresentação, IBAMA questiona como que se procedeu o cálculo do PSA. Sossai responde que se fez uma análise de produtividade em comparação a alguns modelos tradicionais, como pastagem. Thomas (Ibio) chama a atenção que o modelo contribui agregando modelos em que concilia modelos ambientais com produtivos e econômicos como alternativa de renda. Alvo (FUNDAÇÃO) concorda, dizendo que tem que olhar essa questão econômica como vantagem ao programa, principalmente na ÁREA AMBIENTAL 1, onde a área afetada representa o 'filet mignon' das propriedades. Bediaga pede enfoque na discussão sobre a parte operacional para cálculo do PSA. Renato (RENOVA) questiona como lidar com fatores de risco.

**Encaminhamentos:** trazer para próxima reunião respostas dos últimos slides do Sossai (IEF e SEAMA).

#### **c) Thiago (IEF) – Premissas para a Restauração Florestal**

Inicia a apresentação com os embasamentos para a construção da proposta: reflorestar, manual operativo do programa produtor de águas e a legislação vigente. As premissas base para discussão são a reposição compensatória (Cláusula 161), recomposição prioritária em APPs (APP mínima, recuperação em 'escadinha'), RLs e Áreas de recarga hídrica. Entre as técnicas mecânicas, utilizar práticas/técnicas mecânicas de conservação de solo e água. Quanto ao PSA, será instrumento de estímulo e convencimento do produtor para adesão ao programa. Outra premissa é o estímulo a novas fontes de renda, propiciando oportunidade para o produtor rural, em adição às ações de conservação/recuperação, com uso de tecnologias ambientalmente sustentáveis, econômicas e socialmente justas (agricultura de baixo carbono, sistemas agroflorestais etc.). Considerar também conceitos de ecologia de paisagem e corredores ecológicos (contiguidade de APPs, áreas de RL, UCs, fragmentos de vegetação nativa etc.). Dar pontuação para seleção das propriedades, com ênfase a área de intervenção/total da propriedade, conexão entre remanescentes, maior importância para a conservação da biodiversidade ou de maior fragilidade ambiental. Rossini aponta dificuldades no uso de critérios pouco objetivos como e de importância para conservação e de maior fragilidade ambiental. Thiago lembra da existência do atlas, ZEEs e bases de dados que podem subsidiar isso, a depender da escala. Euzimar (Fundação) aponta a necessidade de se lembrar dos critérios definidos no TTAC e do valor previsto para execução do programa. Thomaz (IBio) lembra que o critério de priorizar áreas de recarga permite o uso nas áreas fora de APP, e lembra dos critérios já existentes

apresentados e sendo implementados, com enfoque ao ISA, que podem oferecer um ferramental importante (software pronto e fácil). Permite a integração entre o lado econômico com o ambiental. Quanto às áreas de recarga, Lucinha provoca a uma definição de área de recarga, em conjunto com a de nascente. Bediaga lembra das definições trazidas pelo TTAC, ressaltando que elas permitem uma liberdade de intervenção nas áreas produtivas. Por isso, entende não ser preciso limitar as recomendações técnicas em detrimento das questões jurídicas. **Assim, propõe o encaminhamento para que adote 100% da propriedade como limite das ações, a serem definidas conforme o projeto.** Sugere **maior divulgação para que todos conheçam o método ISA. Recomenda convidar alguém da EMATER para apresentação.** Rossini ressalta a importância do critério de floresta em pé, para que seja considerado, alegando ser de um custo bastante baixo. **IBAMA propõe que se faça uma nota técnica com o entendimento sobre o conceito de área de recarga, conforme o que existe na bibliografia e na legislação, para submissão ao CIF e validação do conceito.** Quanto a floresta em pé, IBAMA entende ser melhor discutido, tendo em vista os limites de recurso a serem disponibilizados. A FUNDAÇÃO estende a preocupação envolvendo conceitos, quanto à definição do que se entende o que é uma “nascente recuperada”. Relata que já se tem utilizado alguns critérios (recuperação de nascente com a instalação de fossa séptica e/ou barraginhas).

Tendo em vista as premissas propostas na apresentação, Bediaga propõe analisar cada uma. Propõe-se retirar RL, já que se enquadraria apenas se coincidissem com as áreas de recarga. Sugere-se usar o termo de ‘áreas consolidadas’ em vez de ‘APP sem exigência de recuperação’. Utilizar ‘práticas de conservação de solo e água’ em vez de ‘técnicas mecânicas’. As propostas foram acatadas.

Foram sugeridas novas premissas: adotar o CAR (no mínimo), seguir as áreas prioritárias a serem definidas (TR), avaliar adoção de indicadores de sustentabilidade (como o ISA), articulação interinstitucional.

**Encaminhamento:** fica o IEF de avançar para a proposição das modalidades de restauração e regeneração florestal, que ficará aberto para colaborações dos membros.

Que a Coordenação convide alguém da EMATER para apresentação e maior divulgação do método ISA para que todos conheçam.

Que o IBAMA e a ANA elaborem minuta de nota técnica, a ser trazida na próxima reunião, com o entendimento sobre o conceito de área de recarga, conforme o que existe na bibliografia e na legislação, para submissão ao CIF e validação do conceito. Se possível, incluir o de “nascente recuperada”.

#### **d) Bediaga – Proposta de projetos pilotos**

Informa o cruzamento de mapas disponíveis: áreas prioritárias Ibio, sub-bacias do Rio Doce (ANA) e ottobacias nível 4 (ANA). Foram mostrados mapas com essas sobreposições. A partir das análises, apresenta a proposta de que a área piloto no ES seja uma sub-bacia no São José e, em MG, considerando ainda a proximidade com a área de desastre, um no Piranga (que também coincide a nascente do rio Doce).

**Encaminhamento:** Aprovada a proposta, passar o material elaborado ao CBH para identificar possíveis áreas e já trazer uma proposta de atuação nessas micro bacias para este ano, na próxima reunião da CT-FLOR.

#### **e) Raquel (IBAMA) - apresenta a proposta de pontos para o PMQQS, de interesse da CT FLOR.**

É informado que Thiago (IEF) representou a CT-Flor apresentando na CTSQA os pontos propostos, conforme o discutido na reunião passada: 20 pts. para monitoramento permanente na calha principal na foz a jusante e a montante dos tributários; 28 pts. de monitoramento temporário na calha principal a montante, jusante e intermediário nas áreas prioritárias da calha principal. Essa proposta foi formalizada conforme Parecer Técnico nº 02001.003762-2016-59, onde foram incluídos 02 pts. de monitoramento temporário nos tributários a montante da área afetada e na foz do tributário, conforme o que já vem sendo feito pela SAMARCO. Há necessidade de alinhamento entre o monitoramento atual dos tributários e os parâmetros definidos pelo PMQQS. Sugestão da Ubaldina (IBAMA): que o

monitoramento dos tributários que está sendo feito semanal se mantenha (turbidez) e, a cada 15 dias se use os parâmetros do PMQQS. Euzimar colocou que não veio preparado para a discussão por isso não pode encaminhar sobre isso. Assim, a Fundação irá se posicionar em resposta ao documento, caso tenha observações.

Raquel (IBAMA) sugere que sejam elaborados relatórios das ações, a incluir o resultado desses monitoramentos. Bediaga sugere que se use o WEBGIS e sistema tipo Reflorestar para acompanhar os programas e eventuais necessidades podem ser pedidas diretas para a empresa.

**f) Almir (FUNDAÇÃO)** pede a palavra para prestar alguns esclarecimentos quanto a algumas dificuldades enfrentadas na recuperação de APPs na calha principal. Fala do problema de braquiária em APP. Salienta que o preparo feito com a reconformação do terreno tem sido feito para recebimento do *mix* de semente e adubação verde, mas que enfrenta resistência. Quanto ao levantamento das áreas com conflito, entende ser complicado encaminhar essas informações aos órgãos ambientais, para não se criar uma barreira junto aos proprietários. Propõe, à título de encaminhamento, que se solicite a FUNDAÇÃO uma proposta de como lidar com a situação. Bediaga lembra que o relatório da Op. Augias – fase Argos já traz essa solicitação. Propõe ainda que se promovam canais de diálogos por meio de eventos ou reuniões para superar esse problema. Álvaro da FUNDAÇÃO informa que já se tem em andamento ações no sentido de integrar as medidas produtivas com as ambientais, em parceria com UFMG, EPAMIG e outras instituições. IBAMA reitera as impressões colhidas em campo no âmbito da Op. Augias e a necessidade de se obter melhor informação sobre as ações em planejamento para as intervenções previstas. Bediaga afirma a necessidade de se conhecer o problema e buscar soluções, e aponta o modelo de reuniões intercâmaras como um avanço.

**Encaminhamentos Finais:** IBAMA sugere atualizar o levantamento financeiro de custos do projeto, nos moldes do produtor de águas. Incluir na pauta apresentação das modalidades de restauração, a questão financeira do PSA, a definição de áreas de recarga e o TR para o monitoramento dos 40 mil ha de restauração florestal (depende da discussão das premissas e das modalidades).

